

O SUJEITO DA RESISTÊNCIA SOB AS LENTES DA TRIÁDE ANALÍTICA ESPAÇO-COTIDIANO-AÇÃO

Victor Tinocoⁱ

Doutorando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os diferentes sujeitos constituídos a partir da resistência que se territorializa em práticas espaciais de maneira reativa à territorialização do capital. Tendo como base empírica os conflitos que se estabeleceram nas adjacências do Arco Metropolitano, analisamos especificamente o conflito provocado pela implementação de condomínios logístico-industriais no bairro Marajoara do município de Japeri-RJ, a fim de compreender a formação desses sujeitos da resistência, através da tríade espaço-cotidiano-ação.

Palavras-chave: Arco Metropolitano; desenvolvimento desigual; espaço; resistência; sujeito.

Abstract

This paper focuses on the different subjects constituted by the resistance that is territorialized in space practices in a reactive way to the territorialization of the capital. On the empirical basis of the conflicts that took place in the vicinity to the Metropolitan Arc, we specifically analyzed the conflict caused by the implementation of logistic-industrial condominiums at Marajoara, in Japeri-RJ, in order to understand the formation of these resistance subjects through the triad of space, everyday life and action.

Keywords: Metropolitan Arc; uneven development; space; resistance; subject.

ⁱ *Endereço institucional:* Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea, Rio de Janeiro - RJ, 22451-900- Rio de Janeiro
Endereço eletrônico: victortino-co85@gmail.com

Introdução

Nossa pesquisa se volta para a análise da resistência em sua dimensão espacial, no que denominamos territorialidades de resistência. Ao pensarmos em territorialidades de resistência, estamos tentando compreender o conflito que se estabelece

na esfera do lugar a partir da territorialização do capital, o avanço do capital em busca de novas áreas de acumulação, expulsando o dito velho, atrasado e arcaico para dar lugar ao chamado novo, ao progresso. Analisamos aqueles que resistem a essa lógica na defesa de seus territórios contra a desterritorialização que o desenvolvimento geográfico desigual promove.

Os que estão resistindo contra a desterritorialização usam inúmeras táticas integradas a um jogo de sobrevivência, subordinação e insurgência em sua luta diária. Com isso, se estabelece um universo de ações objetivas e subjetivas, as quais dialogam com múltiplas racionalidades tanto de insurgência quanto de subordinação à ordem estabelecida, inconsciente e conscientemente para a sobrevivência.

Ao pesquisar sobre resistência, tendo como base empírica os conflitos que se estabeleceram na implantação do Arco Metropolitano da RMRJ, como os que foram gerados em suas adjacências, nos perguntamos: Quem são esses que resistem? Quem são esses que se insurgem para manter seus territórios? Como a resistência se manifesta em seu cotidiano? Como o espaço é apropriado nas ações de resistência?

É preciso buscar instrumentais metodológicos que ajudem a pesquisa no contexto em que se insere o objeto de estudo. Nesse caso, instrumentais operacionais que auxiliem a análise da resistência vista como espacialidade, o que chamamos de territorialidades de resistência.

A noção de sujeito apresenta-se como uma dimensão analítica que se enquadra no que estamos buscando. A distinção interior e exterior é bem clara quando se estabelece o conflito e se instaura a resistência: o eu se expressa frente ao outro; o eu dominado frente ao eu dominante; o eu e o outro; o sujeito da dominação e o sujeito da resistência. O papel da consciência expressa-se nas ações dos que resistem na criação e transformação do espaço.

No entanto, o sujeito não pode ficar preso às formas cartesianas de análise. Ele se modifica, pois deve ser visto como:

um ser humano que é aberto a um mundo que possui uma história, como alguém que tem anseios e que se move através dele, e que se encontra em integração com outros seres humanos, que também são sujeitos (FERREIRA, 2013, p. 56).

Ferreira (2013) considera em sua análise o sujeito como aberto, abordando que, em determinados sujeitos, temos que levar em consideração sua origem familiar, o lugar social no mundo, pois ele é produto de uma rede de sociabilidades. Temos que observar que o sujeito não é somente consciência, também é subordinado a uma ordem hegemônica. O sujeito é uma combinação de várias dimensões do mundo social, por isso temos que vê-lo como uma complexidade de saberes e práticas espaciais.

Nesse sentido, o sujeito que produz o que chamamos de territorialidades de resistência é aquele que luta por seu direito de existência, o que não significa que ele esteja necessariamente engajado nas lutas por algum ideal. Ele é produto de um jogo entre dominados e dominadores, entre dominação e resistência. Conhecer esses novos sujeitos que se apresentam na complexa luta pela defesa de seus territórios se faz necessário para entendermos as lógicas da luta e as diferentes configurações que se expressam no sujeito. Isso se dá através da apropriação do espaço imbuído de ações cotidianas de resistências ativas e passivas.

Assim, detemos uma reflexão do sujeito como dimensão que “versa sobre o caráter criativo e transformador das condições objetivas de existência e, principalmente, de sua realidade geográfica” (LIMA, 2014, p.9).

Com seu caráter transformador e criador, o sujeito, na abordagem de Lima (2014), apresenta um teor prático-criativo na produção do espaço geográfico. Ele analisa o sujeito corporificado, saindo da questão do sujeito enquanto consciência de si, mas considerando-o uma evidência real, histórico-geográfica, encarnado em um corpo, já que é entendido como um conjunto de vários fenômenos e de contradições estruturais.

Ao analisar o sujeito enquanto corporificado, nos abre caminho para a compreensão da ação, constituída no que Santos (2014) denominou de intencionalidade. Para Santos (2014), a noção de intencionalidade da ação é “igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (p.90).

Essa proposição coloca o espaço enquanto produto, condição e meio para a existência humana a partir de seus conjuntos de ações e suas intencionalidades. A noção de intencionalidade em nosso trabalho se enquadra – mesmo que de maneira pontual e limitada, já que é uma noção ampla e compõe um sistema analítico complexo – no par consciência-alienação, naquilo que tange às atividades dos sujeitos em seus cotidianos, não só os que conscientemente lutam, partindo do prisma do conflito, como também os subordinados à hegemonia da sociedade capitalista e suas normatizações, no que veremos mais a frente com a noção de cotidiano programado.

Para Ferreira (2013), a noção de sujeito chegou a um nível de complexidade que acaba contendo as categorias ator e agente. Segundo ele,

o agente acaba sendo uma espécie de produto do sistema, participando sob a forma de dispositivos para a ação. Ao contrário, o ator define-se pela situação e pela estrutura de jogos em que se encontra envolvido (...). Embora a subjetividade do ator se realize através de suas estratégias de poder, isso se dá dentro de um jogo coletivo (p. 56).

Agente e ator, na noção de Ferreira (2014), se expressam na complexidade do sujeito através da ação, fundamentalmente, da intencionalidade da ação, em uma ação normativa, racionalizada pela lógica de produção, já o ator representa uma ação estratégica, colocada por cada estrutura do jogo.

Tais elementos baseiam nossas reflexões sobre a resistência, compreendida como uma ação que agrega o consciente e o inconsciente dos sujeitos promotores. A resistência não necessariamente precisa se expressar de forma direta, com ações diretas, explícitas, mas também pode se expressar de formas indiretas, de formas ocultas, que estão dentro da vida cotidiana de cada lugar.

O que buscamos, portanto, como objetivo deste texto é refletir através da tríade analítica espaço-cotidiano-ação sobre as possibilidades de compreensão do sujeito na leitura das territorialidades de resistência, analisando o sujeito da resistência, ou melhor, os diferentes sujeitos que se constituem a partir da resistência que se

territorializa em diferentes práticas espaciais de maneira reativa à territorialização do capital.

Nossa fundamentação teórico-metodológica tem como base o entendimento sobre sujeito e resistência no diálogo entre Lima (2014) e Ferreira (2013); o primeiro nos balizando sobre o sujeito corporificado e sua capacidade criadora e de transformação, enquanto o segundo sobre a complexidade do sujeito em seus conjuntos de ações.

A resistência será trabalhada com a perspectiva de Scott (2002; 2013), que pode tanto se apresentar na forma de confronto como na forma passiva. A primeira se dá como ação direta, podendo ocorrer em manifestações, atos contrários, paralisações, que publicizem a luta no confronto direto contra o “inimigo”. Já a passiva se expressa no cotidiano, no conjunto de relações sociais, de maneira subjetiva, em práticas voltadas para a sobrevivência. Esta pode ser exemplificada por quebras de máquinas, pela construção de casas em áreas de desapropriação na tentativa de receber indenizações e, também, pela não aceitação de contratos indenizatórios, por serem considerados baixos os valores oferecidos. De todo modo, a resistência pode ser lida como uma tríade de ações de insurgência-subordinação-sobrevivência.

Trabalharemos a categoria espaço conforme as interpretações de Santos (2014) sobre os sistemas de objetos e sistemas de ações; de Carlos (2015) sobre a produção do espaço; e Massey (2013) na leitura do espaço como um horizonte de possibilidades. Em Lefebvre (1991), exploraremos as concepções de cotidiano e, fundamentalmente, de cotidiano programado, dialogando com Heller (2008) e suas análises de estrutura do cotidiano e do processo de suspensão da vida cotidiana. A noção de ação será trabalhada a partir de Ribeiro (2013) em sua delimitação sobre a teoria da ação e suas cartografias.

O trabalho está dividido em três partes: o debate sobre o espaço geográfico e o sujeito; o debate direcionado para o conflito e a emergência da resistência sob a lógica da produção desigual do espaço; e a análise das possibilidades que se apresentam no horizonte desses sujeitos da resistência.

O sujeito e o espaço

A existência humana é essencialmente espacial. O espaço é produto, condição e meio da existência humana, ele é a representação e a concreticidade das relações sociais. Para Carlos (2011), a produção do espaço seria a obra do processo civilizatório. Para ela, o espaço como condição, meio e produto da existência humana é um fator que possibilita entender a espacialidade como uma produção social.

Por tratar o espaço como uma produção social, o tempo também se insere nessa dinâmica; assim, podemos compreender a realidade humana em uma lógica de espaço-tempo de produção da realidade, não dissociada, promovida pela ação humana de maneira contínua.

Nesse sentido, entendemos que a natureza humana é espacial. A partir dessa afirmativa, Carlos (2011) aponta que a produção do espaço é campo de análise que possibilita que “o desvelamento do conteúdo do mundo moderno passaria pela discussão sobre a reprodução continuada do planeta, na sua condição de inacabamento, situando-se no tempo presente sem deixar de indagar-se sobre o passado” (p. 39).

Ela observa que o campo da produção do espaço compreende a relação espaço-sociedade como um contínuo processo de produção de um através do outro. Não somente na produção se dá essa relação, mas também na forma de apropriação por parte da vida, sendo as expressões de cada sociedade na apropriação e transformação do espaço do viver e de como o espaço a transforma simultaneamente. A apropriação se expressa em um conjunto de atos e ações através do corpo (visto como uma extensão espacial) que define e delimita as marcas civilizatórias sob a superfície terrestre.

A ação é fator essencial para a produção e apropriação do espaço, tanto para a transformação quanto para a criação da espacialidade de modo geral. Para Santana (2013), o espaço pode ser visto como resultado de ação social e, simultaneamente, como condição para ação social. A ação social, segundo Santana (2013), está designada nas múltiplas dimensões da vida humana – econômica, política, cultural, simbólica, física, ecológica etc. Essa multidimensionalidade, em seu contínuo movimento dialético, é um dos principais alicerces na dimensão espacial.

Na concepção de espaço desenvolvida por Santos (2014), a ação tem um papel central, pois ele compreende o espaço como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Com essa proposição, Santos (2014) elabora uma análise do espaço que agrega as dimensões naturais e técnicas da sociedade a partir de um sistema de ações, que transita tanto no sistema de objetos como no de ações pelo passado e futuro mediante as considerações do presente das sociedades.

O que nos chama atenção na abordagem de Santos (2014) é o fator que ele sinaliza a respeito da intencionalidade da ação. Ele aborda que toda ação é dotada de intencionalidades objetivas e subjetivas, é o resultado da interação das decisões do homem com o seu mundo e com o seu entorno.

A ação é a articulação entre o particular e o universal, entre o global e o local, entre o todo e a parte, “pois os une através das (inter)ações recíprocas, cuja objetivação se realiza no espaço e no tempo, no bojo do movimento de totalidade” (SANTANA, 2013, p. 36). Ação como a articulação que está presente na história das sociedades humanas, que molda as transformações do sujeito e da sociedade.

Esse conjunto das ações apresenta-se rotineiramente no dia a dia, se repetindo e também criando novas ações que se realizam no espaço-tempo, a vida cotidiana. Em uma definição mais direta, podemos entender que a vida cotidiana é a vida de todos os dias, de todos os homens e mulheres em suas repetições em gestos, relações, ritmos etc. no dia a dia. Cada época possui sua forma de cotidianidade e as particularidades que sustentavam o seu imaginário social. Não existe vida, segundo Heller (2008), fora da vida cotidiana ou da cotidianidade na existência do ser humano:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana em todos os seus aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (HELLER, 2008, p. 31).

A cotidianidade é a esfera do homem concreto. Nela acontecem todas as relações humanas e suas realizações enquanto objetividade imediata. É o lugar do imediato, é o espaço da reprodução do indivíduo enquanto indivíduo e indiretamente também reprodução da totalidade. É na vida cotidiana que o homem aprende as relações sociais e a instrumentaliza para sua sobrevivência.

A instrumentalização da vida cotidiana para a sobrevivência faz com que o sujeito crie novas ações de insurgência e também um jogo político de subordinação às lógicas que lhe são impostas consciente e inconscientemente. Nesse sentido, o diálogo entre Lima (2014) e Ferreira (2013) é esclarecedor sobre a condição do sujeito corporificado que atua na transformação e criação do espaço, e também como produto do movimento desse conjunto de ações entre os indivíduos, produzindo e reproduzindo esse sujeito continuamente.

A partir desse diálogo, o sujeito da resistência pode ser entendido pela luta por sua existência dentro do mundo social através da subjetivação do conflito em um conjunto de ações de insurgências que podem ser diretas ou ocultas, expressando-se em transgressões à ordem estabelecida. Podem-se analisar as subordinações em diferentes escalas do jogo político da vida cotidiana como uma tática para sobreviver, produzindo e reproduzindo, assim, ações conscientes em certos momentos e, em outros, inconscientes e também alienados em suas cotidianidades.

Isso se estabelece como parte do processo de produção e reprodução do espaço. Podemos nos apropriar de maneira genérica de um termo de Certeau (1998) – que se encaixa bem em nossa discussão acerca de espaço-cotidiano-ação com insurgência-sobrevivência-subordinação –, a *lógica dos jogos de ações relativos a tipos de circunstância*, em que cada circunstância pode promover um tipo de ação-reação.

Um jogo entre ação-reação em circunstâncias conflituais leva os sujeitos a estabelecerem táticas de resistências dentro de uma trama que surge sob a ordem imposta ao lugar. Ou seja, a produção desigual do espaço promove um processo de desterritorialização dos sujeitos, levando-os, assim, a buscarem táticas de resistência, entendidas aqui à luz de Certeau (1998), como um conjunto de movimentos dos sujeitos em um jogo que lhes é imposto como organização e lei do seu lugar, usado como instrumental de luta através de sua vida cotidiana.

Quando pensamos as práticas espaciais dos sujeitos contra uma imposição de uma ordem de desterritorialização, o sujeito promove táticas dentro do jogo, apropriando sua realidade espacial e sua cotidianidade, que podem agregar insurgências, subordinações com o objetivo de sua sobrevivência, pois o jogo que lhes é imposto se constitui em parâmetros desiguais, promovendo, assim, movimentos que contestam a ordem tanto direta quanto indiretamente.

De todo modo, para o sujeito de modo geral, o espaço é um elemento essencial para a existência, pois, para ele, perder o espaço de vida, nesse caso o território, significa deixar de existir ou desaparecer. Isso o leva a promover um conjunto de ações de resistências que se apresentam em suas táticas cotidianas de luta.

O sujeito da resistência e a produção desigual do espaço

Ao compreendermos o espaço como produto, condição e meio da vida humana, como um produto social, temos que destacar que ele, na ordem política e econômica do sistema capitalista, é apropriado na forma de mercadoria. O capital, hoje, necessita produzir espaço de maneira a continuar sua expansão para a ampliação da lógica de acumulação.

A produção do espaço do mundo moderno cria continuamente novas formas de acumulação de capital e de relações sociais capitalistas. Com o avanço tecnológico nos setores de comunicação e transporte, esse processo se tornou mais intenso, promovendo uma globalização do capital na forma financeira e nas relações sociais.

O conflito se expressa quando a lógica de valor de troca se sobrepõe às lógicas do valor de uso, normatizando-o e subsumindo a vida, impondo uma outra ordem transformadora. O sujeito da resistência surge nesse momento, a partir da subjetivação do conflito e de suas táticas de insurgência visível ou não a esse processo de transformação espacial desigual que o desterritorializa.

As táticas de resistências promovidas pelos sujeitos atingidos pelas transformações espaciais são múltiplas e se conformam de acordo com os conflitos existentes. Podem-se construir pelo simples ato de transgressão de leis, na participação em organizações mais amplas.

No entanto, a vida cotidiana desses sujeitos da resistência consiste em uma complexidade de fatores multiescalares que trazem seu sentido de luta assim como de conformismo. O cotidiano em seus códigos, na produção do espaço, é composto de normas do imaginário social do capital, que Lefebvre (1991) denomina como cotidiano programado.

A noção de cotidiano programado apreende a vida cotidiana como dominada pela lógica mercantil do capital: “a sociedade do consumo ergue-se como um sistema que aliena o indivíduo, mesmo que apresente um discurso de gozo e de libertação” (MOREAUX, 2013, p.21).

Martins (2008) aponta que a vida cotidiana se instaura:

quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado (p.71).

A vida cotidiana é alienante no sentido da perda da consciência do ser. Tudo se torna uma condição do fetiche e da repetição sem o questionamento sobre a ordem estabelecida.

Pensando sobre o sujeito da resistência que surge a partir do contexto de conflitos constituídos com as transformações advindas do processo de acumulação, Carlos (2015) indica que a “resistência não é pura, pois se por um lado ela coloca as construções espaciais em outro patamar, por outro lado, pode ratificar fundamentos da produção capitalista do espaço” (p.34).

Tal condição é posta como parte da lógica de alienação e desalienação do sujeito sob conflito, pois ele luta contra o capital em suas escalas do vivido, contra as transformações diretas e impostas, mas um vivido preso ao capital e suas práticas de consumo, conformismo, programadas e impostas subjetivamente. A complexidade

do sujeito da resistência vai da subordinação à lógica da sociedade de consumo em seu plano das relações sociais para a insurgência frente ao processo de transformação de sua realidade espacial com o objetivo de sobrevivência. Por outro lado, as insurgências podem se dar também com o objetivo de benefícios individuais do sujeito da resistência, atuando para conseguir lucrar através do conflito.

O fato vai de acordo com a intencionalidade da ação do sujeito da resistência, na qual cada um possui interesses coletivos e particulares, alienados e desalienados simultaneamente. A defesa de suas vidas cotidianas, mesmo sendo vidas cotidianas conformistas, se faz pela defesa de sua existência e da consciência de si, dando-lhe sentido de (re)existência na luta por sobrevivência em seus territórios.

Para Ribeiro (2013), o cotidiano programado pode representar ações inovadoras na implementação de táticas e estratégias na luta por objetivos mais imediatos, como o reconhecimento da “legitimidade de suas reivindicações e da realização da democracia e a ruptura de formas históricas de subordinação e opressão” (p.150).

Isso permite que sujeitos até então ocultos e excluídos ganhem destaque no espaço público, questionando a ordem hegemônica vigente. Tal ordem se configura como uma face do sistema capitalista denominada neoliberalismo, que se caracteriza por um padrão econômico e de relações sociais que potencializam o indivíduo a formas de sujeição ao mercado, a normas sociais propostas por essa “ideologia”, cujas mudanças mercantis se engendram no sujeito (DARDOT&LAVAL, 2016).

O Estado está inserido na ordem neoliberal como promotor direto, pois o “mercado como uma realidade construída, como tal, requer a intervenção do Estado, assim como a instauração de um sistema específico” (DARDOT&LAVAL, 2016, p. 323). No papel de promotor da lógica neoliberal, o Estado obriga a si mesmo a ser uma empresa, em seu funcionamento e nas relações com outros estados. Ele ainda é um agente essencial no sentido de seu funcionamento, pois detém todo o aparato legal de ordenamento do território e de seus respectivos usos, bem como de direcionamento de investimentos.

O Estado, com seus instrumentos legais, produz, assim, grandes transformações nos usos e funções dos lugares da cidade, reprodu-

zindo uma hierarquia desses lugares no conjunto do espaço metropolitano. Mas, ao direcionar os investimentos em infraestrutura, ele aprofunda as desigualdades na metrópole, interferindo de modo marcante nas formas de apropriação do espaço à medida que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencial do solo (CARLOS, 2015, p.30).

As implicações apontadas acima apresentam o Estado como promovedor de um “ambiente de negócios”, que tem por objetivo atrair investimentos em seu território, facilitando para o capital se territorializar e oferecendo vantagens locacionais de mobilidade, serviços e mão de obra, como parte do discurso neoliberal do Estado-empresa.

Fazendo uma aproximação empírica com nosso caso de estudo, o Arco Metropolitano é um exemplo de transformação espacial com o objetivo de ampliar a circulação de mercadorias brasileiras, dinamizar a economia fluminense e dos municípios por ele cortados, aumentar a competitividade e promover o “desenvolvimento” local como áreas de atração de investimentos.

Com a obra de implantação, houve uma série de remoções das populações rurais e urbanas que habitavam nesses lugares cortados pelo Arco. Muitos foram removidos, e outros ainda estão na justiça, questionando os valores indenizatórios oferecidos a eles por suas terras. Esse foi um dentre os conflitos que surgiram. O que nos chamou mais a atenção em nossas primeiras aproximações da área estudada foram, nas adjacências do Arco, os conflitos que se seguiram tanto por ação violenta do poder local como pelo aumento do custo do preço da terra, por exemplo o caso da comunidade Marajoara em Japeri.

Marajoara é um bairro de Japeri localizado próximo à Rodovia Presidente Dutra. Nesse bairro, foi delimitado pela prefeitura de Japeri em seu plano estratégico o distrito industrial, onde estão sendo implantados os chamados condomínios logístico-industriais.

As ações por parte da Prefeitura de Japeri têm sido de total descaso e violência com os moradores da comunidade Marajoara, pois para a implantação dos condomínios os organismos municipais decidiram remover os moradores sem ordem

judicial, ou qualquer mandado de remoção, entrando e derrubando casas, no ano de 2012.

Isso levou ao surgimento do conflito e à insurgência da população. Os moradores promoveram ações diretas ao impedirem que os tratores destruíssem suas casas e os removessem de maneira autoritária e injusta. O conflito revelou as estruturas das relações de poder constituídas em nível local, a relação de dominantes e dominados. Muitos moradores de Marajoara são posseiros e não detêm titulação das terras em uma localidade em que o poder local está alinhado com grupos armados ligados à grilagem.

No entanto, em um primeiro momento, o conflito direto entre prefeitura e moradores atingidos foi contornado com a mobilização da comunidade e das associações de moradores e agricultores. Houve a participação do núcleo de direitos humanos do município de Nova Iguaçu que atuou na mediação do conflito. A Prefeitura se retirou do local, deixando que as empresas negociassem as terras com a população. Mas os atingidos se organizaram em uma associação para terem representação em caso de outras ações como essa da prefeitura de Japeri.

Com esse movimento de representação, a associação de moradores e a associação de agricultores de Marajoara se articularam no entorno da associação dos atingidos em busca de elaborarem uma série de ações de defesa de seus direitos, reivindicações de equipamentos urbanos e outras demandas como saneamento básico, auxílio à produção local, regulamentação fundiária etc.

É numa articulação de resistência ao processo de modernização-exclusão que vivem esses sujeitos. A resistência sempre esteve presente em seus cotidianos, permitindo-os sobreviver à vida excludente, mas a emergência de tal conflito trouxe a resistência como dimensão tática de luta pela continuidade de sua existência em seus territórios; a luta para continuarem a (re)existir em seus espaços de vida e em suas cotidianidades. Muitas das lideranças com as quais conversamos, alegam que o poder local só está esperando o momento certo para atuar novamente sobre as terras de Marajoara, definitivamente retirando a população dessa localidade e abrindo mais espaços para os condomínios industriais, que vêm associados com o aumento do preço da terra.

O aumento do preço da terra desmobiliza a resistência, porque impõe uma condição pragmática aos sujeitos, um valor que os seduz a ponto de saírem de suas casas e irem para outros espaços cada vez mais periféricos e precários. Isso tem sido um debate entre os moradores, cuja pressão imobiliária foi “amenizada” nesse momento de crise do Estado do Rio de Janeiro, como alguns relataram em conversas informais. Por outro lado, a resistência colocada como a tríade insurgência-subordinação-sobrevivência explicita-se no caso do roubo de água dos condomínios industriais e na subordinação aos grupos do crime organizado da Baixada Fluminense que se territorializaram nessa localidade.

Com a implementação dos condomínios industriais, a CEDAE instalou uma série de novos dutos de água em Marajoara, todos voltados para o abastecimento dos condomínios. Muitos membros da comunidade disseram possuir os chamados “gatos” desses dutos, pois a água nas casas provém, na maioria dos casos, de poços artesianos. Eles promovem, desse modo, transgressões que se ligam à insurgência contra a ordem excludente e à luta pela sobrevivência, mas ao mesmo tempo estão presos à subordinação dos grupos marginais que controlam a venda do gás e a circulação da população em algumas áreas do bairro.

Esse é um dos conjuntos de táticas de resistência desses sujeitos, que explicitam a resistência ao processo de acumulação do capital e sua modernização excludente, cuja luta cotidiana é pela sobrevivência. Marajoara é um exemplo do desenvolvimento desigual e da emergência do conflito frente às mudanças promovidas. As ações da prefeitura de Japeri estão associadas à lógica neoliberal, já que o município faz um esforço considerável para receber investimentos, custem o que custar, mesmo que custem a vida de sua população.

A produção desigual do espaço gera o processo de formação do sujeito da resistência. A subjetivação, dentro do que estamos estudando, no conflito emerge na forma de insurgência para a defesa dos territórios contra o processo de desterritorialização que, nesse sentido, leva ao nascimento do sujeito da resistência. Esse sujeito promove táticas de resistências através de suas práticas espaciais cotidianas, configuradas pelos conjuntos de representações do território, que trazem à tona a dimensão espacial da resistência. As suas territorialidades em suas práticas espaciais ga-

nham os contornos da resistência, ficam com traços do resistir. A isso denominamos territorialidades de resistência.

O sujeito da resistência e suas possibilidades

As transformações do espaço promovidas pela produção desigual e excludente do desenvolvimento geográfico do capital levam a uma série de conflitos e resistências contra esse processo ao qual nos referimos neste texto, dando-nos possibilidades que se abrem para um horizonte de utopias, no que Lefebvre denominou impossível-possível, pois não estudamos o mundo somente para entendê-lo, e sim para mudá-lo, olhando nas brechas da vida cotidiana para buscar alternativas e rupturas com a ordem hegemônica do mundo.

Desse modo, em nossa proposição sobre o sujeito da resistência, o conflito tem um papel central, pois é através dele que pode se apresentar um processo de subjetivação, claramente alinhado ao que Haller (2008) denominou como suspensão da vida cotidiana. Aquele que consegue promover tal ação é denominado humano genérico, que é produto da intensa paixão do homem singular por esse humano genérico, é o encontro entre o singular e o genérico, que se dá nas formas de trabalho, arte, ciência e moral.

A suspensão da vida cotidiana não é um processo de ruptura, mas sim um circuito, ou seja, é uma saída da vida cotidiana e o retorno a ela, um retorno do qual o indivíduo volta modificado, levando à complexificação adquirida para sua cotidianidade.

A importância da suspensão da vida cotidiana é um elemento de possibilidade para a promoção da consciência do homem enquanto sujeito. Ela abre uma série de alternativas para se pensar a realidade e, fundamentalmente, dá instrumentos ao sujeito que modificam sua cotidianidade. É um princípio da desalienação, em que o sujeito promove a recusa do que lhe é imposto, transcendendo a norma e a organização estabelecida pelo seu imaginário social.

Ao pensar a suspensão da vida cotidiana no conflito, este ganha um duplo significado, a nosso ver, pelo fato de que pode criar alternativas ao sujeito ou pode

surgir como uma proteção ao seu cotidiano; porém, é importante pensá-lo como um fator de modificação da vida cotidiana do sujeito, quando se estabelece no nível das ações de resistência.

A concepção de Massey (2013) potencializa essa elaboração, pelo fato de propor uma concepção de espaço geográfico que abre caminhos a inúmeras alternativas à realidade colocada. O espaço em Massey (2013) é produto de um conjunto de inter-relações multiescalares em constante construção. Ela o compreende como “uma esfera da existência de multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem, como a esfera da existência da heterogeneidade” (p.29).

Isso nos faz perceber o espaço produzido por diferentes sujeitos em uma lógica contínua de construção e transformação, feita pela inter-relação de diferentes sujeitos, atores e agentes. Entender o espaço geográfico como aberto o torna um “espaço de resultados inesperados, imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo” (p.32), como afirma Massey (2013).

A percepção de Massey acerca do espaço preza pela libertação dos sujeitos, uma busca pelo novo, pelo devir. A heterogeneidade dos sujeitos é um fator que leva à imprevisibilidade do espaço e a se pensar o futuro em sua produção de forma inter-relacional e de caráter vivo e contínuo.

A pluralidade de trajetória tem uma importância significativa em nossa leitura sobre territorialidades de resistência, porque faz com que tenhamos uma interpretação dos sujeitos da resistência de maneira plural, não sendo somente um sujeito que a constitui, mas a inter-relação de sujeitos com suas diversidades de trajetórias que vão compor a luta pelo espaço. Sem o prender a um horizonte estabelecido, o sujeito da resistência está aberto a possibilidades de transformação gradual do real.

A resistência é, de certa forma, um processo de suspensão da vida cotidiana, que leva à subjetivação, mesmo que seja para a preservação de sua cotidianidade. As pessoas se transformam em sujeitos, emergindo a partir da consciência de si mesmos, levando às suas vidas cotidianas novas experiências que podem ampliar o seu leque de possibilidades.

O leque de possibilidades que se instituem através do sujeito da resistência nos guia para uma nova tríade, recusa-combate-libertação, que pode vir a se desenvolver durante o processo de luta. A tríade, pensada como uma transformação do sujeito da resistência, em um arquiteto rebelde, como diria Harvey (2006), é traçada dentro das tríades espaço-cotidiano-ação; insurgência-subordinação-sobrevivência. Essa nova proposição de tríade, recusa-combate-libertação, é parte das citadas acima, porém dá uma dimensão da potencialidade humana de mudança social. Uma potencialidade que cada indivíduo possui, mas que está aprisionada em uma vida cotidiana mercadológica e alienada.

A luta contra a ordem do capitalismo, mesmo que não promova nexos aglutinadores, de alguma maneira abre um sentido de mudança da realidade desigual que nos é imposta. Daí o grande desafio de buscarmos possibilidades no impossível-possível, com rupturas cotidianas de recusa à ordem hegemônica, combatendo-a na luta pela liberdade de ser, pelo direito de ser e existir, pelo direito à diferença.

Embora não tenhamos nos detido tão extensamente, neste trabalho, nessas possibilidades, uma vez que elas exigem ainda um longo caminho de reflexão a ser percorrido e também muitas lutas a serem feitas, neste primeiro momento de exercício sobre a tríade analítica espaço-cotidiano-ação, construímos, mesmo que embrionariamente, algumas sinalizações sobre o que entendemos por resistência, insurgência-subordinação-sobrevivência, vista em sua dimensão espacial no que chamamos de territorialidade de resistência.

De toda forma, os autores aqui elencados e as ideias debatidas nos abrem margem para pensar possibilidades teórico-metodológicas sobre a análise do processo de produção do espaço e as transformações produzidas que geraram uma série de conflitos desiguais e excludentes. O desafio da reflexão sobre a tríade espaço-cotidiano-ação nos levou a pensar o sujeito da resistência e a subjetivação a partir do conflito, na ação de suas práticas espaciais que promovem o florescimento das territorialidades de resistência, balizando-nos em um diálogo contínuo entre teoria e empiria, de modo a promover a reflexão acerca dos conflitos nas adjacências do Arco Metropolitano, da luta cotidiana do povo trabalhador e dos movimentos sociais da Baixada Fluminense por uma vida melhor.

Referências Bibliográficas:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Álvaro. A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço. In: FERREIRA, Álvaro; MARAFON, Gláucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro da (Orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

HARVEY, David. **Space of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Espaços de esperança**. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOREAUX, Michel. Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de arte de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. 2013. Dissertação (MESTRADO EM GEOGRAFIA) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: Carta Capital, 2013. V. 4.

SANTANA, João Paulo Monte de. O espaço urbano contemporâneo e o sujeito total insurgente. 2013. Dissertação (MESTRADO EM GEOGRAFIA) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos.** Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

_____. **Formas cotidianas da resistência camponesa.** Raízes. Vol. 21, nº. 1, jan-jun/2002. p. 10-31.

TÂNGERI, Vera Regina; REGO, Andrea Queiroz; MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins (Orgs.). **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU, 2012.

Recebido em 14 fev. 2018

Aceito em 9 mar. 2018.